

Teorização Portuguesa do Jornalismo até 25 de Abril de 1974 – Ficha de obra

Autor(es) LEMOS, Mário Matos		Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação)	Ano de publicação/impressão 1964
Título completo da obra <i>Liberdade de Imprensa em Portugal. Mundo Novo e Universidade Portuguesa. Para a Formação da Europa</i>			
Tema principal Ética, Direito e Deontologia do Jornalismo/Liberdade de Imprensa			
Local de edição Lisboa	Editora (ou tipografia, caso não exista editora) Oficinas da Tipografia Leandro, Limitada		Número de páginas 84
Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas			
Biblioteca: Biblioteca Nacional		Cotas: P. 6806 P.	
Biblioteca: Biblioteca Municipal do Porto		Cotas: E7-6-46	
Esboço biográfico sobre o autor Mário Matos e Lemos é licenciado em História. Foi jornalista em diferentes meios de comunicação. Entre os anos de 1972 e 1998 e desempenhou funções de conselheiro cultural e de imprensa em diversas embaixadas portuguesas. Como investigador, é colaborador no CEIS 20. Entre obras publicadas contam-se numerosos artigos em jornais e revistas portuguesas e estrangeiros. É, também, autor de várias obras, designadamente, <i>Liberdade de Imprensa e Outros Ensaios, O 25 de Abril, Uma Síntese, Uma Perspectiva; Um Vespertino do Porto, Os Portugueses na Guiné e Política Cultural Portuguesa em África – O Caso da Guiné-Bissau e Dicionário de História Universal.</i>			
Índice da obra A propósito da Liberdade de Imprensa em Portugal p. 5 Mundo Novo e Universidade Portuguesa p. 35 Alguns apontamentos sobre a formação da Europa p. 61			

Resumo da obra (linhas mestras)

O livro aparece-nos dividido em três capítulos distintos. O único relevante para este nosso estudo é o primeiro, intitulado *A Propósito da Liberdade de Imprensa em Portugal*. O autor começa por fazer um contexto histórico acerca do aparecimento da primeira censura à imprensa. Diz Mário Matos Lemos que a “imprensa periódica (...) nasceu num meio político e social – e consequentemente jurídico – onde a liberdade de expressão não era possível.” (p. 7) Como tal, a censura à imprensa surge pela primeira vez em Inglaterra, em pleno reinado de Isabel I, no ano de 1586. Mas, como explica o autor, “havia de ser abolida em 1641 e logo restabelecida dois anos mais tarde, para desaparecer definitivamente em 1695” nesse mesmo Reino (p. 7).

Após uma rápida contextualização histórica sobre a imprensa, o autor alerta para o “aparecimento de três doutrinas cuja concepção de Estado e Direitos Cívicos iria influir directamente (...) na liberdade de imprensa: o Comunismo, o Fascismo e o Nacional-Socialismo (Nazismo).” (p. 9) Neste capítulo Mário Lemos, sempre do ponto de vista da liberdade, aborda os três regimes e seus princípios e como influíram para o conceito que hoje conhecemos como liberdade de imprensa.

A conclusão a que o autor chega é a de que “se verifica que no Estado totalitário, seja comunista, fascista ou nacional-socialista, a imprensa é sempre considerada *serviço público* (...), reacção ao individualismo da concepção dominante no século XIX, herdeira das ideias da Revolução Francesa.” (p. 15) Em contraposição a estes factos, o autor enumera os princípios do Estado democrático e como a liberdade se transformou num veículo das liberdades individuais.

O caso de Portugal é também aqui explorado. Num breve resumo, são retratadas as principais doutrinas e fundamentos, bem como a posição da Constituição portuguesa perante a imprensa. O autor auxilia-se de outros teóricos e autores que abordaram o assunto, como Alfredo da Cunha e Marcello Caetano. E é evidente a posição que Mário Lemos assume perante a legislação em vigor no nosso país: “o regime português, mantendo a legislação de 1936, não acompanhou, no aspecto de imprensa, o progresso social do mundo e o seu próprio progresso.” (p. 32)

Contudo, para o autor, o problema do jornalismo português não decorria unicamente da falta de liberdade de imprensa. Devia falar-se também da falta de qualidade dos jornalistas nacionais, facto que, na versão de Matos Lemos, resulta directamente da inexistência de uma escola de jornalismo (p. 28). A consequência directa é “um bom número de falhados que enveredam pelo jornalismo porque não sabem fazer mais nada do que escrever”. A isso acresce que “os poucos que vêm para o jornalismo por verdadeira vocação e com «bagagem» constituem uma ínfima minoria. E é praticamente impossível explicar a muitos dos velhos profissionais que se nasce tanto jornalista como médico ou advogado”. (p. 28) A posição do autor em relação aos cursos e às escolas de jornalismo é muito clara: “A prática é indispensável, mas o conhecimento teórico é, pelo menos, tão indispensável como aquela.” (p. 28)

Nome do autor da ficha bibliográfica: Nair Silva/Jorge Pedro Sousa

E-mail: nair.silva@gmail.com